



ST 01 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

UMA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: profissionalização, interdisciplinaridade e inovação

Lys Maria Vinhaes Dantas/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo:

Neste artigo, são discutidos o papel e a adoção do trabalho de conclusão de curso (TCC) em formatos monográficos e não monográficos (por vezes considerados não “acadêmicos”) nas graduações tecnológicas em Gestão Pública, uma vez que eles não são obrigatórios nessa modalidade de formação. Nesta análise, é feita também uma reflexão sobre as contribuições da avaliação como indutora da adoção, pelos Colegiados de Cursos, de TCCs voltados para o desenvolvimento de tecnologias de Gestão Pública e de inovações. De início, o texto apresenta uma discussão sobre o que é um trabalho de conclusão de curso e os tipos de TCC, também conceituando a categoria “TCC-produto”. Na sequência, para analisar a variedade de TCCs utilizados no cenário nacional, é apresentado um levantamento de TCCs adotados pelos Cursos Superiores Tecnológicos de Gestão Pública, modalidade presencial, de instituições brasileiras, realizado no início de 2020. Fica patente que são poucos os cursos que divulgam informações, de maneira geral, ou sobre a adoção ou não de TCC, e há um número muito pequeno dos cursos que lidam com o TCC no formato não tradicional. O artigo é concluído com uma defesa da adoção de TCCs que incentivem o desenvolvimento de tecnologias de gestão pública e de inovações, sendo, muitas vezes, necessária a adoção de formatos “não acadêmicos”, e com uma reflexão sobre como os critérios de avaliação, empregados pelas bancas de defesa do TCC, asseguram ou dificultam que aluno e orientador sintam-se apoiados institucionalmente para buscar um TCC aplicado e implicado, que demanda multi e muitas vezes interdisciplinaridade no seu desenvolvimento, e que aproxima o aluno, ainda na trajetória formativa, da prática profissional e, com isso, contribui para e aprofunda e dá significado social para o processo formativo do futuro tecnólogo em Gestão Pública.

Palavras-chave: TCC-produto. Tecnologias em Gestão Públicas. Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) assegurou a oferta de cursos superiores de tecnologia na modalidade Educação Profissional (Art. 39), que abrange desde o ensino médio até o doutoramento. Assim como os mestrados e doutorados profissionais, os cursos tecnológicos ainda sofrem muito preconceito, derivado de uma preocupação de boa parte da elite pensante brasileira com a cooptação da educação para finalidades de capacitação para o trabalho, sem uma necessária formação crítica e cidadã.

Esse preconceito (arguível como qualquer preconceito), contudo, não impediu o crescimento exponencial da oferta de cursos tecnológicos nos treze eixos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNST), dentre os quais aqueles voltados para o Campo de Públicas e, neste, os cursos superiores de tecnologia em Gestão Pública (CSTGP). Em 2020, havia no Brasil, de acordo com o E-MEC, 322 graduações tecnológicas em Gestão Pública (presenciais e a distância), autorizadas pelo MEC e em atividade. Se observados os cursos presenciais, esta oferta ainda assim era grande: 263 cursos, dentre os quais 208 ativos.

Os cursos tecnológicos em Gestão Pública se situam no Eixo Gestão de Negócios, precisam ter um mínimo de 1600 horas e determinam, como perfil do egresso:

Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. (BRASIL, 2016, s/n)

Obviamente, o perfil do egresso pretendido para as formações tecnológicas em Gestão Pública inclui muito mais que a execução mecânica de atividades. O tecnólogo em Gestão Pública diagnostica, planeja, implanta, supervisiona e avalia. Sua formação deve pressupor a execução, mas também uma reflexão sobre a execução de atividades, de modo que seja possível a proposição de novas formas de se realizar a gestão pública no Brasil.

É neste cenário que discutimos, neste texto, as contribuições do trabalho de conclusão de curso para a formação tecnológica e, além dela, para o aprimoramento da gestão pública no país. Toda a base legal voltada para os CST atesta seu caráter teórico-prático, indissociável, e aposta na produção de tecnologias (e não só sua aplicação), esperançosamente de caráter inovador. Interessantemente, por outro lado, essa base legal não exige obrigatoriedade de estágio, atividades complementares (AC) ou de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC), como parte da carga

horária mínima para a formação tecnológica. Caberá aos colegiados de curso e suas instituições definirem se e como cada curso adotará estágio, as AC e o TCC, computando suas horas além do mínimo requerido para a formação.

Neste artigo, fazemos a defesa da obrigatoriedade do trabalho de conclusão de cursos tecnológicos como etapa formativa, por sua relação clara com o amadurecimento do aluno durante o processo de elaboração do trabalho e a possibilidade de se pensar, de maneira aplicada e implicada, a gestão pública, especialmente aquela ao alcance da investigação do aluno. Além disso, argumentamos que o escopo dos trabalhos de conclusão de curso precisa ser ampliado para além dos formatos acadêmicos tradicionais, exatamente para favorecer este amadurecimento e propostas inovadoras.

Na seção seguinte, conceituamos o trabalho de conclusão de curso como uma prática textual e social, fazendo uma relação entre sua elaboração e a formação tecnológica em Gestão Pública. Essa conceituação permitiu-nos analisar os achados do levantamento dos tipos de TCC adotados pelos cursos tecnológicos presenciais no Brasil, uma pesquisa realizada em março de 2020. Apenas adotar formatos diferenciados do TCC não garante sua disseminação junto a discentes e docentes e, na seção final, fazemos uma reflexão sobre como os critérios de avaliação, empregados pelas bancas de defesa do TCC, asseguram ou dificultam que aluno e orientador sintam-se apoiados institucionalmente para inovar nos formatos de TCC, com potencial para qualificar a formação tecnológica e para implicar a elaboração dos produtos com a prática profissional e com a gestão pública, especialmente, local.

Nosso intuito é convidar você, leitor, a refletir conosco sobre o papel do TCC para a formação tecnológica em Gestão Pública e sobre como a avaliação do TCC pode ser indutora da adoção de TCCs aplicados e implicados com a gestão pública. Nossa defesa é de que cursos tecnológicos em Gestão Pública adotem em seus currículos diversos formatos de trabalhos de conclusão de curso, que favoreçam a formação multi e muitas vezes interdisciplinar para aprofundar e dar significado social ao processo formativo do futuro tecnólogo em Gestão Pública.

O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, SEUS DIVERSOS TIPOS E POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DO ALUNO DE GESTÃO PÚBLICA

Um trabalho de conclusão de curso é uma prática social, o que significa atenção ao texto e ao contexto, e idealmente deve contribuir para a formação do(a) aluno(a), muito embora, para muitos discentes, essa etapa seja cumprida como mero ritual necessário para conclusão de curso. Não trataremos disso neste texto e sim das inúmeras possibilidades de o trabalho de conclusão de curso ser desenvolvido de modo a favorecer efetivamente a aquisição de competências e

habilidades já mais associadas à prática profissional.

Além de prática social, entendemos os trabalhos de conclusão de curso como gêneros de discurso. Bakhtin conceitua gêneros do discurso da seguinte maneira:

[...] o emprego da língua emprega-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003, pg. 261-262).

Avançando a discussão sobre TCC como gênero de discurso, adotamos a classificação proposta por Navarro (2019, pg. 18) sobre os gêneros sócio discursivos, a partir de seus objetivos: há os gêneros de formação, adotados na relação ensino-aprendizagem e avaliação discente, como as provas, monografias e teses, e aqueles especializados, utilizados para a comunicação entre os pares, como artigos, capítulos e teses. De maneira geral, estes últimos recebem maior reconhecimento social que os primeiros.

Tradicionalmente, o gênero monografia segue a estrutura prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e tem, como principal objetivo, cumprir o requisito parcial para a conclusão do Curso. Neste formato, os concluintes apresentam ora resultados de pesquisa, ora levantamentos bibliográficos sobre o tema escolhido. Após a defesa, o trabalho segue para o repositório institucional e é frequentemente esquecido.

De forma geral, identificamos duas questões a serem problematizadas: 1) o emprego exclusivo do gênero monografia é limitante para cursos que têm relação mais estruturante com a prática, como os tecnológicos e 2) a adoção do TCC como gênero de formação, em lugar de gênero especializado, reduz sua possibilidade de contribuição social (no caso sob análise, para a Gestão Pública) e de reconhecimento social. Daí o esquecimento mencionado no parágrafo anterior.

Essas duas questões estão intrinsecamente associadas à necessidade de adoção de estratégias que conduzam à formação de tecnólogos em Gestão Pública aptos a pensar inovações e tecnologias para o campo e desenvolvam as competências profissionais, como disposto no primeiro artigo da Resolução CNE/CP 03, de 18 de dezembro de 2002, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia”. Neste cenário, o modelo monográfico não dá conta da multiplicidade de situações da

Gestão Pública nas quais o discente possa se interessar, aprofundar seus estudos, realizar suas análises, identificar problemas e propor soluções, em um ambiente tutorado por um orientador devidamente capacitado. É fundamental abrir a possibilidade de adoção de outros gêneros de discurso. O próprio Parecer CNE/CP 436/2001, anterior à Resolução das Diretrizes Nacionais, já argumentava:

Para a concessão de diploma poderia ser opcional a apresentação de trabalho de conclusão de curso, podendo ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, Performance, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso. (BRASIL, 2001, p.10)

Isto implica a busca pelo domínio da escrita tanto no contexto acadêmico, como no contexto de atuação na Gestão Pública, o que aumenta em muito a complexidade do processo formativo. Dentre outras estratégias, o(a)s docentes precisam conduzir um processo consciente de aquisição de vocabulário do Campo de Públicas, bem como promover os gêneros de discurso – escrito e oral – mais comumente adotados no seu cotidiano.

Em adição, orientador e orientando, a depender do objeto do TCC em construção, vão partir para o desenvolvimento de uma tecnologia em Gestão Pública e, talvez com ela, de uma inovação em Gestão Pública. Em alguns casos, o processo poderá ser ampliado e participativo, com contribuição de vários atores, desde que a autoria do discente possa ser identificada no trabalho e possa vir a ser avaliada. Mais uma vez, o processo favorece o amadurecimento de orientando e de orientador e os aproxima do Campo, de maneira multi e por vezes interdisciplinar, forçosamente aproximando a teoria da prática, quando os “cenários ideais tratados” em sala de aula são contrastados aos cenários reais observados no cotidiano da Gestão.

Nesta reflexão, dialogamos com o conceito proposto por Araújo (2021, no prelo) para propor: tecnologia em Gestão Pública é o fruto de um processo sistemático de pesquisa desenvolvida em resposta a uma demanda pública, setorial ou não, estatal ou não, relativa a questões organizacionais ou da gestão de políticas públicas. E concordamos com Araújo (2021, no prelo) quando o autor ressalta:

Requer, assim, não apenas o repasse de saberes disciplinares consolidados, mas a desafiadora construção, preferencialmente coletiva, de conhecimentos interdisciplinares em torno da gestão, do Estado, da sociedade civil e das políticas públicas.

Podem ser consideradas tecnologias de gestão pública os processos e métodos gerenciais em seus (re)desenhos, manuais, guias, materiais educacionais, produções audiovisuais, sites, blogs, aplicativos, softwares, relatórios de pesquisa aplicados à tomada de decisão, projetos de lei, entre outros produtos tangíveis e intangíveis criados a partir de pesquisa científica-tecnológica, que sejam aplicados à esfera pública.

Para isso, é preciso que haja uma mudança nos sentidos das formações e que estes tenham forte implicação e comprometimento com o desenvolvimento dos territórios nos quais ocorrem.

Vale ressaltar ainda que, quando as tecnologias em Gestão Pública passam a ser incorporadas na gestão pública, se tornam inovações, sejam por constituírem algo novo ou por apresentarem ajustes a estruturas/ técnicas / processos existentes.

Para Cavalcante e Camões (2017, p. 251), a compreensão do funcionamento do setor público deve envolver com mais ênfase “as práticas inovadoras a partir da implementação de melhorias pontuais nos processos e serviços públicos”. É nesse aspecto que o desenvolvimento de pesquisas para os TCC pode se inserir com mais facilidade, bem como as experiências de estágio e de práticas e mesmo os projetos integradores podem estabelecer a ponte entre a formação do tecnólogo em gestão pública, especialmente em seu caráter inovador, e a atuação profissional em si. O trecho a seguir, extraído de um levantamento realizado por Djellal et al., (2017), dá uma ideia sobre as possibilidades de inovação no Serviço Público:

Entre as tipologias de inovação recentes nos serviços públicos, vemos – juntamente com categorias tradicionais de produto/serviço, processo, inovações tecnológicas e organizacionais e algumas formas específicas de inovação. Halvorsen et al., (2005) também distinguem inovações administrativas. Por exemplo, o uso de um novo instrumento de política, que pode ser resultado de alteração de política; inovações de sistema (um novo sistema ou uma mudança fundamental de um sistema existente, como é o caso do estabelecimento de novas organizações ou novos padrões de cooperação e interação); inovações conceituais (uma mudança na perspectiva dos atores: tais alterações são acompanhadas pelo uso de novos conceitos; por exemplo, gestão hídrica integrada ou arrendamento de mobilidade); ou até mesmo alterações radicais da racionalidade – que significa que a visão de mundo ou a matriz mental dos empregados de uma organização está mudando. Hartley (2005) menciona inovações que envolvem posição – envolvendo novos contextos, clientes ou parceiros em serviços; estratégia – com novos objetivos, finalidades ou valores, tais como os envolvidos em políticas de comunidade; governança – por exemplo, novas instituições democráticas e formas de participação; e retórica – em que uma nova linguagem, novos conceitos e novas definições são aplicadas, como em taxas de congestionamento e impostos de carbono (DJELLAL et al., 2017, p. 77).

De qualquer modo, assim como os produtos acadêmicos, as tecnologias e consequentes inovações são fruto de pesquisa científica e demandam diálogo teórico para sua construção, apesar do preconceito que ainda sofrem. De acordo com o relato de alunos, o desenvolvimento de uma tecnologia como TCC, por exemplo, inviabilizaria ou, pelo menos, dificultaria a este discente a entrada em um mestrado, caso decidisse continuar a estudar após a conclusão de seu curso tecnológico, já que ele não teria “treinado” a escrita científica. Porém, esta é uma percepção frágil ou mesmo parcial, em que desconsidera a possibilidade de desenvolvimento da escrita e da construção metodológica como parte da elaboração de uma tecnologia e/ou produtos.

Os TCCs, aplicados e implicados, voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, tecnologias e inovações, em quaisquer que sejam os formatos, passam a ser gêneros

especializados e não mais apenas gênero de formação. Nesse sentido, o ideal é que, após a defesa, seja incorporado pela entidade / instituição para o qual foi pensado / trabalhado ou que, pelo menos, tenha um momento de devolução dos dados pesquisados. Um dos passos para que isso ocorra é a presença de um gestor na banca de defesa; um outro passo é que o Colegiado do Curso no qual orientador – orientando se inserem já considere a etapa da devolutiva uma fase regular da formação do tecnólogo. Essa etapa aciona várias competências profissionalizantes, tanto escritas, quanto orais, quanto atitudinais, além de conteúdos conceituais.

Nesta discussão, um TCC tecnológico, qualquer que seja seu formato, é entendido como:

1. Uma prática social, desenvolvida no contexto acadêmico, mas com foco no contexto profissional da gestão pública, a ser desenvolvido como gênero de discurso especializado que, até o momento, não tem recebido muita atenção e que nem sempre é reconhecido, mas que precisa vir a sê-lo.

2. A síntese de um processo de formação multi e interdisciplinar, que pode ser coletivo e participativo, no qual habilidades e competências diversas são acionadas na proposição de soluções para os problemas diagnosticados. Assim, tanto o TCC no formato acadêmico quanto o TCC nos múltiplos formatos agregados sob o guarda-chuva TCC-produto devem buscar significado social para além do significado de necessária etapa de conclusão de curso.

A seção seguinte apresenta o resultado de um levantamento feito junto aos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Pública, presenciais, sobre a adoção ou não de trabalho de conclusão de curso e sobre qual o formato adotado.

LEVANTAMENTO DE TCC-PRODUTOS ADOTADOS PELOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLÓGICOS DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE PRESENCIAL, NO BRASIL

De acordo com o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, acessado pelo Sistema Cadastro e-MEC em 20.03.2020, o Brasil tem registrados 263 cursos tecnológicos em Gestão Pública, na modalidade presencial. Destes, 208 estão ativos, 38 em extinção e 17 já extintos.

Para fins dessa pesquisa, optamos por realizar um levantamento dos dados, pela *internet*, sobre a adoção de TCC por estes 208 cursos. Em uma primeira busca, dos cursos ativos, nem todos haviam sido implementados e, muitas vezes, uma mesma instituição oferecia o curso em vários *campi*, cada um recebendo um registro diferente. Por exemplo, só a Universidade do Estado do Amazonas tem 38 registros diferentes. No final, foram computados 118 cursos, tendo sido excluídos cursos com registros diferentes na mesma instituição, dada a hipótese de que eles tendem a se repetir.

Além disso, boa parte dos *sites* das instituições/cursos visitados não oferece ao leitor seus documentos estruturantes, a exemplo do projeto pedagógico do curso (PPC) ou mesmo o ementário, sendo impossível identificar se o curso adota ou não TCC, sem um outro tipo de contato. Em vários casos, principalmente nas instituições privadas, eram disponibilizados o perfil do egresso e eventualmente a grade curricular e professores a ela vinculados. Assim, desses 118 cursos, muitos não são mencionados nos *sites* institucionais; parte não têm informações suficientes disponíveis nos *sites*; 34 cursos não cobram TCC e os demais 23 consideram TCC como uma atividade para a formação de seus alunos, nos documentos tornados públicos (Tabela 01). Alguns cursos, em lugar de TCC, adotam o projeto integrador e atividades práticas (e o TCC é ou não atrelado a eles) e outros tem residência (e o TCC é ou não atrelado a ela).

Tabela 01: Panorama da adoção do TCC nos cursos tecnológicos presenciais de Gestão Pública em 2020

Panorama dos Cursos Tecnológicos Presenciais	N	%
Cursos não mencionados nos <i>sites</i> institucionais	36	30,5
Cursos com informações imprecisas sobre a matriz curricular	25	21,2
Cursos sem TCC na matriz	34	28,8
Cursos com TCC na matriz	23	19,5
Total Geral de Cursos	118	100,0

Fonte: elaboração própria, 2020.

O recorte dos cursos com dados disponíveis e que permitem uma análise, portanto, não pode ser considerado representativo do panorama brasileiro de cursos de tecnologia em Gestão Pública. Assim, a discussão sobre a adoção de TCC aqui realizada é apenas um indicativo do Campo, não sendo um retrato preciso. É necessária uma investigação mais profunda para que todos cursos sejam representados. Contudo, o panorama levantado permitiu identificar algumas hipóteses:

- 1) Boa parte dos Cursos Superiores de Tecnologia opta por não adotar o TCC como atividade formativa. No cenário levantado, 34 cursos não o faziam, em contraposição a 23 que incluíam o TCC em suas grades (aproximadamente 60% x 40% das instituições com documentos tornados públicos na *internet*). Muito provavelmente, este é o panorama geral a ser encontrado nos cursos presenciais e talvez um percentual ainda maior de cursos EAD cumpram o mínimo exigido para a oferta de curso tecnológico em Gestão Pública.
- 2) Mesmo quando a instituição mencionava o TCC, era ainda mais raro encontrar documentos que o regulamentassem. Quando observados os documentos tornados

públicos, das 23 instituições com algum tipo de documento, apenas 04 publicaram seus regulamentos de TCC: Faculdade São Francisco de Juazeiro; Faculdade Meridional, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Federal do Recôncavo da Bahia. Em alguns outros casos (Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande), o PPC mencionava a necessidade de criação de um regulamento para TCC, mas o mesmo não foi achado nos *sites* institucionais. Interessantemente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins tem disponíveis editais de TCC, um tipo de documento que não foi encontrado em qualquer outro *site*. Nossa hipótese aqui é de inexistência desses documentos, com o TCC ficando restrito às determinações gerais das próprias instituições, sem especificidades por curso, ou restrito às determinações no próprio PPC.

- 3) Ao analisarmos o tipo de TCC demandado, cinco instituições não o definiam *on line*. Dentre as 18 com dados suficientes para a análise, três associam o TCC a uma monografia, em formato acadêmico, sem darem opção para o TCC-produto. Além disso, outros quatro cursos consideram artigo/capítulo como a opção de TCC-produto e cinco têm o artigo ou o artigo tecnológico como uma das opções de TCC-produto, mas não estão restritos a eles. Ou seja, apenas 11 cursos consideram outros formatos de TCC para além dos estritamente acadêmicos, em que pese terem caráter tecnológico. Nossa hipótese é que essa característica é comum para os cursos tecnológicos, de maneira geral.

Considerando o conceito de tecnologia em Gestão Pública já discutido, os 11 cursos que adotam formatos “não tradicionais” de TCC, ou TCC-produto, têm variações no que consideram aceitável como possibilidade para conclusão de curso. Foram identificados: projetos diversos (intervenção, aplicação, captação de recursos), projetos de lei, planos, protótipos, adequação de tecnologia, relatórios de pesquisa ou de avaliação e diagnóstico, cartilhas, guias e manuais, documentários, além dos mais acadêmicos casos de ensino e tecnologias de ensino em Gestão Pública.

É interessante perceber que, mesmo quando adotam um formato diverso da monografia tradicional, alguns cursos reforçam o caráter acadêmico para o TCC. É o caso do Projeto Pedagógico do CSTGP ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, como pode ser visto nos trechos a seguir:

O estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente. São consideradas produções acadêmicas de TCC para o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública:

- monografia;
- artigo publicado em revista ou periódico, com ISSN;
- capítulo de livro publicado, com ISBN; ou,
- outra forma definida pelo Colegiado do Curso.**

O TCC será acompanhado por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador;
- reuniões periódicas do estudante com o professor orientador;
- elaboração da produção monográfica pelo estudante;** e,
- avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador. A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material **didático** (recursos utilizados e roteiro de apresentação). (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, 2012, p. 24-25, grifos nossos)

Ainda que o Projeto considere a possibilidade de “outra forma definida pelo Colegiado do Curso”, os itens de avaliação do TCC incluem a elaboração de uma “produção monográfica”, o que exclui uma produção tecnológica ou um formato diferente, como um documentário, um podcast, um programa de rádio, dentre inúmeras possibilidades. Do mesmo modo, a apresentação do trabalho à banca inclui material “didático”, um lapso de linguagem bastante interessante.

O curso com maior diversidade nos formatos de TCC-produto é o Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como pode ser observado da leitura do trecho do seu Regulamento a seguir:

- a) Artigo de base tecnológica: artigos resultantes das pesquisas de diagnóstico, avaliação ou intervenção, contendo no mínimo 16 páginas, seguindo as normas da ABNT;
- b) Caso de ensino: narrativa de uma situação ou problema de gestão pública, que requer decisões, relatando fatos e situações vividas pelo estudante durante a intervenção. Deve conter o resumo do caso, objetivos de aprendizagem, questões para discussão de acordo com os objetivos e alternativas para análise do caso;
- c) Relatório de diagnóstico: trata-se de relatórios de pesquisas de campo, quantitativas e/ou qualitativa, sobre determinada problemática ou para definição de cenários, dentro de perspectivas de avaliações *ex-ante*;
- d) Relatórios de avaliação: relatórios de pesquisa empírica sobre processos de formulação, implementação ou resultados relativos à aplicação de determinado processo de gestão pública;
- e) Projeto de intervenção: constitui-se proposta de intervenção elaborada pelo estudante sob a forma de plano de ação, consultoria, assessoria ou capacitação desenvolvidas no âmbito da gestão pública;
- f) Plano: documento contendo o resultado de processo de planejamento estratégico organizacional, planejamento de marketing, planejamento de mobilização de recursos;
- g) Guia, manual ou orientações técnicas: documento contendo orientações técnicas sobre determinado instrumento, técnica ou ferramenta da gestão pública, em diferentes áreas funcionais;

- h) Cartilha: documento contendo tradução de um ou mais aspectos técnicos da gestão pública para a linguagem de um determinado público-alvo;
- i) Tecnologia de ensino: sistematização de metodologias de formação que possam ser aplicadas na gestão pública;
- j) Projeto de lei: propostas de projetos de lei para construção ou alteração de alguma questão que possa contribuir para a melhoria da gestão pública no nível estadual ou municipal;
- k) Outros formatos tecnológicos: a exemplo de portfólios, blogs, filmes de curta e média metragem contendo argumento sobre tema/problema relacionado a gestão pública; softwares que tragam soluções tecnológicas para a gestão pública; entre outros. (UFRB, 2017)

Vale o registro do “entre outros” no item k, o que permite flexibilidade a novas propostas de formato para o produto. Além disso, há um esforço de conceituação de cada modalidade.

Um projeto pedagógico também flexível e que oferece a possibilidade de desenvolvimento de TCC-produto pode ser exemplificado pelo adotado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília, como pode ser observado no trecho a seguir:

O TCC poderá ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Artigo Científico e **Produção Prática**, devendo ser observadas as seguintes recomendações:

- a) o TCC deverá partir de uma pesquisa de campo ou análise de dados secundários de investigação de uma realidade da área de Gestão Pública.
- b) a defesa do TCC poderá ocorrer a partir do 4º semestre do curso, perante uma banca composta por três docentes, incluindo o docente orientador.
- c) A produção prática pode abranger o **diagnóstico de uma situação, bem como um projeto de intervenção para a Administração Pública**. Neste caso, há que se ter sustentação teórica para embasar o estudo da prática.
- d) O TCC deverá ser apresentado em conformidade com as normas da ABNT, independente do tipo de trabalho escolhido. (IF Brasília, 2017, p. 25-26, grifos nossos)

A mesma flexibilização do formato tradicional é observada no Projeto Pedagógico do CSTGP da Universidade Federal da Paraíba, como pode ser visto na ementa a seguir:

Os alunos do curso de Tecnologia em Gestão Pública deverão desenvolver uma Monografia ou um **Projeto de Aplicação na Área do Curso**. Esse trabalho abrange o desenvolvimento de uma **pesquisa aplicada** abordando qualquer tema vinculado a três eixos de pesquisa do curso, apresentados a seguir, **articulados ao Estágio Supervisionado**:

- Práticas de Gestão Pública
- Políticas Governamentais
- Estratégias de Desenvolvimento Regional

(UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Projeto Pedagógico do CSTGP, 2009, p. 60, grifos nossos)

O PPC da Federal da Paraíba (2009) associa o TCC ao Estágio Supervisionado, o que traduz uma busca pela aproximação da teoria e da prática em um curso de tecnologia.

Um outro exemplo de adoção de TCC-produto pode ser observado em uma faculdade privada, a Faculdade de Almenara (MG), que inclui em sua formação o estágio e as atividades complementares. Não foi encontrado um regulamento de TCC para o Curso de Tecnologia em

Gestão, mas o PPC da instituição reza que:

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Propiciar ao aluno a **aplicabilidade** das competências teóricas adquiridas, estimulando sua capacidade de apresentar análise crítica, analítica e **interventiva**, além de **sugerir alternativas transformadoras à complexidade do cotidiano das empresas de gestão pública**.

Nesse sentido, desenvolver atividades como: Projeto de pesquisa; construção de Artigo científico; Estudo de Caso **ou Projeto de Aplicação na área do curso**, além de orientação geral ao Trabalho de conclusão de curso (TCC). (FACULDADE DE ALMENARA, Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, 2016, pg. 58, grifos nossos)

É interessante perceber que a faculdade recorta a aplicabilidade dos seus produtos a “empresas de gestão públicas”. Cumpre lembrar que, ainda que vinculados ao Eixo Gestão e Negócios do Catálogo de Cursos Tecnológicos, estes cursos de Gestão Pública devem estar inseridos no Campo de Públicas, cujo paradigma, segundo Keinert (2014) e com quem concordamos, está fundado sobre o interesse público e o *ethos* republicano.

Este caráter “empresarial” observado na Faculdade de Almenara pode ser encontrado também no Edital empregado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *campus* Palmas. Concluindo os exemplos de TCC-produtos adotados pelos CSTGP no Brasil (modalidade presencial e com dados disponíveis em seus sítios na *internet*), vale o registro da forma diferente de regulamentar o TCC, adotada por este IF: um edital para “divulgação das normas e prazos dos trabalhos de qualificação e de conclusão de curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública”. Nos objetivos do Edital INº. 032/2017/PAL/REI/IFTO, de 16 de outubro de 2017 fica definido que:

1.1 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Pública do Eixo Gestão e Negócios, requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública consiste num trabalho individual de caráter monográfico, estudo de caso, **uma adaptação de tecnologia ou desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos, elaborado a partir de projeto de pesquisa**.

1.1.1. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportuniza que o tema a ser trabalhado pelo estudante, venha atender às necessidades e interesses da **comunidade empresarial** e pública no campo tecnológico. (Edital INº. 032/2017/PAL/REI/IFTO, p. 1, grifo nosso).

Um aspecto a considerar nessa análise dos trabalhos de conclusão de curso adotados pelos cursos superiores de tecnologia em Gestão Pública, quando em formato não “acadêmico”, é a necessidade de acompanhamento do produto por nota técnica, definida pelo CST da Federal do Recôncavo da Bahia. Tal nota deve abranger justificativas pessoais e técnicas, objetivos, problema endereçado, principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentem o desenvolvimento do produto e soluções encontradas, detalhamento do método utilizado, público alvo a quem se destina, *status* de desenvolvimento e/ou implementação do produto no momento

da defesa, formas de divulgação/utilização, limitações encontradas no processo, resultados esperados com a aplicação, especificações técnicas e orçamento, e referências. De alguma maneira, a nota técnica equivale ao memorial, documento adotado por cursos das artes, por exemplo, para acompanhar os produtos artísticos apresentados como TCC. (UFRB/CONAC 018/2017)

A nota técnica compreende assim a apresentação do processo de desenvolvimento do produto, relacionando os fatos, conceitos e abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Além disso, em algumas notas técnicas, como a que acompanha a cartilha ou outro produto a ser finalizado posteriormente, há necessidade de proposição das especificações técnicas para a contratação dos serviços de edição e de impressão, por exemplo, bem como as respectivas cotações, o que a aproxima, tanto quanto o produto em si, de um gênero discursivo especializado em Gestão Pública. Afinal, cabe ao gestor definir o que/quem precisa contratar para que um determinado objetivo venha a ser cumprido.

Em casos de trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos de maneira participativa, ou colaborativa, a nota técnica permite a identificação da autoria do futuro tecnólogo em Gestão Pública, dessa forma evitando problemas de choque com os regulamentos que exigem a produção individual dos TCCs. É o caso, por exemplo, de TCC-documentário desenvolvido por aluno de Gestão Pública e alunos de Cinema, ou de Projeto de Intervenção proposto por um aluno de Gestão em parceria com membros da organização para a qual o projeto está sendo elaborado.

A possibilidade de adoção do TCC-produto, o reconhecimento social do TCC – em qualquer formato - para além do gênero de formação e o incentivo à produção de tecnologias de gestão pública e de inovações / contribuições para a gestão (em qualquer nível) são induzidas e possibilitadas pela avaliação, dentre outras estratégias. É sobre isso a seção a seguir.

AVALIAÇÃO COMO INDUTORA DE COMPORTAMENTO E RECONHECIMENTO SOCIAL

Luckesi (2000, pg. 69) define avaliação como um “juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”. Ainda que esta seja uma definição instrumental, que atrela a avaliação à tomada de decisão, é muito interessante o recorte dos “dados relevantes” e do juízo de qualidade, em contraposição ao “juízo de existência”.

Normalmente, para as bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso, os colegiados definem – de maneira mais estruturada ou, às vezes, menos – os critérios a serem adotados pelos seus membros. Alguns são apresentados em baremas, outros são rubricas mais qualitativas, alguns mais analíticos, outros holísticos, mas, idealmente, todos devem observar os “dados relevantes” que apontam para um trabalho de qualidade e, também idealmente, devem

apontar o nível mínimo aceitável para tais dados relevantes. É importante reconhecer que a avaliação de um trabalho de conclusão de curso é somativa e se presta a fins de regulação, a partir da qual o(a) aluno(a) se torna elegível para receber – ou não – seu certificado de conclusão de curso.

Exatamente por ter este caráter *high stakes*, a definição dos “dados relevantes” é política. Apesar de ser o reflexo daquilo que o NDE e o Colegiado de um determinado curso entendem como competências e habilidades essenciais a serem demonstradas naquele trabalho sob avaliação, ao estarem sintetizadas e se forem amplamente divulgadas, passam a ser indutoras de comportamento. Esse é o velho comportamento “estudar para a prova”, agora utilizado a favor do desenvolvimento de um TCC de qualidade.

Isto se os dados relevantes, bem como os critérios para o julgamento de qualidade, forem observados de acordo com a natureza de cada TCC. De nada adianta um Regulamento de TCC flexibilizar os formatos de trabalho a serem apresentados se os processos avaliativos consideram como “dados relevantes” aqueles atrelados aos formatos mais acadêmicos, ou, como discutido anteriormente, estiverem presos a um gênero formativo e não permitirem a adoção de gêneros discursivos especializados. Todo esforço de desenvolvimento de um trabalho implicado e aplicado será tolhido se os “dados relevantes” adotados no barema estiverem, por exemplo, restritos ao padrão ABNT monográfico.

Há uma recompensa nas notas das avaliações. Saber de antemão que não se conseguirá boas notas simplesmente por não se adotar aquele ou este formato do TCC leva o aluno e seu orientador a desistir imediatamente de adotá-lo, senão por outros motivos, pela questão do reforço positivo. Os Núcleos Docentes Estruturantes deveriam, portanto, debruçarem-se sobre como os critérios de avaliação, empregados pelas bancas de defesa do TCC, asseguram ou dificultam que aluno e orientador se sintam apoiados institucionalmente para inovar nos formatos de TCC, com potencial para qualificar a formação tecnológica e para implicar a elaboração dos produtos com a prática profissional e com a gestão pública, especialmente, local.

Para ilustrar a defesa de adoção de baremas e rubricas diversificados de modo a contemplar a multiplicidade de formatos passíveis de elaboração de TCC em um curso tecnológico de Gestão Pública, apresentamos e comentamos três diferentes exemplos.

O primeiro é o barema adotado pelo Instituto Federal de Brasília, divulgado como anexo ao Projeto Pedagógico, apresentado na Figura 01 abaixo.

Figura 01:

ANEXO 2 - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC



Instituto Federal de Brasília
Eixo: Gestão e Negócios - Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Núcleo Docente Estruturante- NDE

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

NOME:		
ESTRUTURA/ASPECTOS DO PROJETO FINAL	VALOR MÁXIMO	NOTA
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS Capa; Folha de rosto; Dedicatória e Agradecimentos (opcionais); Resumo; Listas de figura, de tabela, de Anexos, de Siglas, etc; Glossário; Sumário.	2,0	
INTRODUÇÃO Apresentação sucinta do assunto e objeto de estudo; Objetivos Geral e Específicos do trabalho proposto; Objetivo de cada capítulo; Justificativa.	3,0	
1 LOCAL DO ESTÁGIO/OBJETO DE ESTUDO Identificação da organização (nome, setor, etc...); Principais produtos e/ou serviços; Principais processos; Estrutura e funções administrativas; Organograma; Área de atuação; Unidades; Dinâmica/clima organizacional; Relacionamento organização ambiente; Público alvo.	5,0	
1.1 O PROBLEMA ACADÊMICO Cenário e formulação da situação problema; Questões a serem respondidas (se for o caso) ou hipóteses ou suposições; Objetivos (geral e específicos); Justificativa e relevância do estudo; Delimitação do estudo	16,0	
2 REFERENCIAL TEÓRICO (REVISÃO DA LITERATURA OU O ESTADO DA ARTE) Revisão da literatura relacionada; fundamentação teórica; elementos de contextualização e consistência à investigação da situação problemática, revisão de trabalhos ou aplicações semelhantes em outro a contextos; comparação crítica da literatura sobre o tema e seus temas auxiliares.	15,0	
3 MÉTODOS, COLETA E ANÁLISE DE DADOS Descrição e justificativa do tipo de metodologia escolhida; do instrumental e das técnicas empregadas; Definição do universo e amostra e Seleção dos sujeitos (se for o caso); Identificação das atividades e dos períodos e nos quais foram executadas as atividades; Relatório de pré-teste (se for o caso); Procedimentos de coleta e tratamento de dados.	16,0	
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO Apresentação dos gráficos, ilustrações, quadros, tabelas; Apresentação das correlações existentes entre o resultado obtido na coleta e a resolução dos objetivos e problemas confrontados com a literatura; São os comparativos entre teoria e a realidade encontrada; Respostas aos questionamentos feitos no projeto.	24,5	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES Avaliação crítica dos resultados, realização dos objetivos; Extrair consequências e implicações para demonstrar a utilidade; Apresentação de propostas alternativas de resolução (se for o caso); Apresentar limitações e contribuições.	10,0	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA E ANEXOS Identificação de documentos e publicação, no todo ou em parte, segundo a ABNT, os quais serviram de base para o trabalho realizado.	3,0	
APÊNDICES - Material desenvolvido pelo(a) autor(a) que fundamentam o trabalho.	0,3	
ANEXOS - Documentos complementares não elaborados pelo autor.	0,2	
CORREÇÃO GRAMATICAL, ESTILO DE REDAÇÃO E ASPECTOS FORMAIS Ordenação das ideias, redação (linguagem e vocabulário utilizado); Estilo e correção ortográfica, gramatical; e de digitação; Apresentação e formatação geral do trabalho. Respeito às regras da ABNT.	5,0	
TOTAL	100	

Fonte: IF Brasília, Projeto Pedagógico do CSTGP, 2017, pg. 76

Neste barema, ainda que haja uma inclinação para o “trabalho acadêmico” e que a estruturação siga o padrão ABNT, observamos que o TCC é vinculado a um “local de estágio /objeto de estudo” e que a Seção 1 pede a descrição deste local, a partir do qual será derivado o “problema acadêmico”, cuja solução é apresentada de maneira tradicional: fundamentação teórica, método, resultados e considerações finais. Contudo, as considerações finais incluem as recomendações, “extrair as consequências e implicações para demonstrar a utilidade”, o que diverge dos baremas mais tradicionais (mesmo que a seção tenha um peso menor que as mais

“clássicas”).

Vários exemplos, bem menos tradicionais e também menos analíticos que o anterior, são adotados pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Federal do Recôncavo da Bahia. Este Curso adota um barema para cada formato ou grupo de formatos de TCC, enfatizando aspectos a serem priorizados no produto e na nota técnica que o acompanha (quando é o caso). Assim, há o barema para o trabalho monográfico, para o artigo e para os diversos tipos de TCC classificados como “produto”. Além disso, é considerada também uma nota para a apresentação oral do trabalho, como pode ser visto nas duas figuras a seguir. A Figura 02 traz um barema que inclui a nota técnica.

Figura 02: Barema utilizado para avaliação de cartilhas, guias e manuais pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – UFRB, 2021.



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



AValiação DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO FORMATO CARTILHA / GUIA / MANUAL

Aluno(a):

Título do trabalho:

TCC	Aspectos a considerar	Pontos - valor	Média	Pontuação		
				Orientad or 01	Membro da banca 02	Membro da banca 03
Cartilha / Guia / Manual	Pertinência dos tópicos escolhidos, correção na apresentação destes tópicos / Uso de referências atualizadas / Lógica da sequência do texto, coesão e coerência / Adequação e clareza da linguagem e das ilustrações em observação ao público alvo escolhido / Clareza dos objetivos do produto / Inclusão de elementos pré-textuais (apresentação, introdução) e pós-textuais (glossários, referências) / Respeito às normas da ABNT e à norma culta brasileira.	5,0				
Nota técnica	Apresentação das justificativas pessoais e técnicas para o desenvolvimento do produto / Objetivos geral e específicos / Principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentaram o desenvolvimento do produto / Detalhamento do método utilizado para o desenvolvimento do produto / Público-alvo a quem se destina / Limitações no processo de desenvolvimento do produto e soluções encontradas / Especificações técnicas e orçamento para contratação de especialistas, gráfica e distribuição ou divulgação por meio eletrônico. / Formas de divulgação e proposição de estratégias para utilização do produto / Referências.	2,0				
Apresen tação oral	Identificação e articulação dos principais elementos para apresentação pública / Clareza na exposição / Adequação das respostas e esclarecimentos na defesa	3,0				
	Total	10				

Recomendações de ajustes:

Fonte: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública / UFRB. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/trabalho-de-conclusao-de-curso/baremas-de-tcc>

Este barema considera a formação da nota a partir de três dimensões: o produto em si (cartilha, guia ou manual), que vale 5,0; a nota técnica, que vale 2,0 e na qual constam o processo de elaboração do produto e suas especificações técnicas e orçamentos, bem como as formas de divulgação e uso; e a apresentação oral, que vale 3,0. A composição da nota técnica é item do Regulamento de TCC adotado pelo Curso e o barema o reflete (UFRB/CONAC 018/2017).

A adoção desse tipo de barema evita que o aluno precise escrever uma monografia e acrescente a ela, como apêndice, o seu produto, uma prática observada não só na graduação, mas, muitas vezes, nos mestrados profissionais. Tal duplicidade desestimula a escrita especializada, aplicada e implicada, voltada para a solução de problemas da gestão pública nos formatos praticados na lida gestora. Uma nota técnica é muito mais simples que uma dissertação e, embora o seja, ainda assim demonstra o caminho de pesquisa científica e a base teórica que o aluno percorreu para construir a solução do problema identificado.

O último exemplo de barema a ilustrar o papel da avaliação no estímulo à adoção de uma diversidade de formatos de TCC é apresentado na Figura 03, vem do mesmo Curso citado acima, mas não considera a nota técnica.

Figura 03. Barema para avaliação de TCC no formato Projeto de Intervenção pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – UFRB, 2021.

**AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
FORMATO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Título do trabalho:

Aluno(a):

Orientador(a):

TCC	Aspectos a considerar	Pontos - valor	Média*	Pontuação		
				Orientador 01	Membro da banca 02	Membro da banca 03
Projeto de intervenção	Diagnóstico feito com base em dados concretos / clareza de objetivos / pertinência e argumentação / consistência e coerência / exequibilidade / adequação de equipe técnica / capacidade financeira e orçamento/ Apresentação das justificativas pessoais e técnicas para o desenvolvimento do produto / principais conceitos e abordagens técnicas que o fundamentaram / detalhamento do método / público-alvo a quem se destina / limitações no processo de desenvolvimento e soluções encontradas / possíveis encaminhamentos e desdobramentos para o projeto / referências.	7,0				
Apresentação oral	Identificação e articulação dos principais elementos para apresentação pública / Clareza na exposição / Adequação das respostas e esclarecimentos na defesa	3,0				

Fonte: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública / UFRB. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/trabalho-de-conclusao-de-curso/baremas-de-tcc>

Mesmo que já mais inovadores que os tradicionais modelos de avaliação, restritos ao formato monográfico, estes três baremas não consideram, por exemplo, a questão da interdisciplinaridade como elemento avaliativo, um dos principais desafios para a formação acadêmica no Campo de Públicas, dentre vários levantados por Coelho et al, 2020. Por outro lado, os dois últimos incluem aspectos como o público-alvo e os possíveis encaminhamentos e desdobramentos para o projeto / formas de divulgação e utilização dos produtos, em um claro incentivo para que os TCC-produtos deixem a gaveta. Estes são claros indicadores de “dados relevantes” para o processo avaliativo e, portanto, indutores do comportamento esperado em termos de TCC (ou seja, da produção de final de trajetória formativa de um curso tecnológico em Gestão Pública).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, provocamos o leitor para que reflita sobre 1) a adoção do TCC, em qualquer formato, no escopo das atividades formativas para os cursos superiores de tecnologia em Gestão Pública e 2) em TCC poder ter um caráter não só formativo, mas também especializado e, com isso, ter flexibilidade nos seus formatos, o que aproxima o desenvolvimento do TCC da prática profissional e favorece a contribuição das pesquisas de TCC para o desenvolvimento de tecnologias para a Gestão Pública, na maior parte das vezes, local.

O cenário nacional de TCCs adotados pelos CSTGPs não teve como ser levantado por meio de dados disponibilizados pela *internet*. Em 2020, a maior parte dos cursos de tecnologia em Gestão Pública não disponibilizava seus dados de maneira ativa. Dos 118 cursos pesquisados, apenas 57 tinham informações *on line* e, destes, 23 adotavam TCC em suas grades. Dos 23, somente 11 consideravam outros formatos que não os tradicionais. É nossa hipótese que este cenário se repita nos cursos cujas informações não estão disponíveis.

Embora os cursos tecnológicos não tenham, por lei, obrigação de incluírem o TCC nas suas grades curriculares, nossa defesa é para que sejam inclusos, por entendermos que o TCC favorece o amadurecimento do(a) discente (e de seu/sua orientador/a), associando teoria e prática, esperançosamente de maneira aplicada e implicada, dentro do alcance de investigação que é exequível a um/a aluno/a em final de graduação. É uma oportunidade de atuação tutorada extramuros universitários, seja no diagnóstico, no desenvolvimento das soluções, na coleta de dados, ou na discussão dos resultados. É um período de desenvolvimento de competências profissionais sob a orientação de um orientador experiente e em um ambiente ainda não competitivo.

Um TCC em qualquer formato com reais contribuições à gestão pública pode, inclusive, ter o reconhecimento social que um TCC como gênero discursivo formativo não recebe habitualmente. Este reconhecimento pode, por outro lado, contribuir para tirar o TCC do lugar de “mero ritual” de conclusão de curso para trazer um significado de colaboração significativa, ao ser oportunidade de proposição de soluções inovadoras para problemas localizados e específicos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Edgilson Tavares. Formação tecnológica multi/interdisciplinar em Gestão Pública. In: DANTAS, L.M.V; MONTEIRO, D. A.A. **UFRB e Gestão Pública: formação no Recôncavo**. Cruz das Almas: Editora da UFRB, no prelo.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal)

BRASIL. **Portaria MEC nº 413**, de 11 de maio de 2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Publicada em Diário Oficial da União em 12 de maio de 2016. Brasília. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=12/05/2016>. Acesso em jan. 2021

BRASIL. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, DF: MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em jan. 2021

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura. Inovação pública no Brasil: uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. IN: Cavalcante et al (Org). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=31178. Acesso em Jan 2021

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 3**, de 18 de Dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf#:~:text=CONSELHO%20NACIONAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20CONSELHO%20PLENO%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2FCP,e%20o%20funcionamento%20dos%20cursos%20superiores%20e%20tecnologia>. Acesso em jan. 2021

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 436/2001**. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos Brasília: Diário Oficial da União de 6/4/2001, Seção 1E, p. 67. Disponível em <https://www.bing.com/search?q=Parecer+CNE%2FCP+436%2F2001&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=parecer+cne%2Fcp+436%2F2001&sc=0-23&sk=&cvid=C313F6B2E8DB485E9EAC80625D1CEF31>. Acesso em jan. 2021.

COELHO, Fernando de Souza; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; MIDDLEJ, Suylan; SCHOMMER, Paula Chies; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **RAEP**, v. 21 n. 3, p. 488-529, Set-Dez 2020

DJELLAL, Faridah; GALLOUJ, Faiz; MILES, Ian. Duas décadas de pesquisa sobre inovações em serviços: qual o lugar dos serviços públicos? IN: Cavalcante et al (Org). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=31178 Acesso em jan. 2021

FACULDADE DE ALMENARA, **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. Almenara, Minas Gerais, 2016. Disponível em <https://www.faculdadealfa.com.br/storage/gallery/files/graduacao/ppc-gestao-publica.pdf>. Acesso jan. 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA, **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**, Brasília, DF, 2017. Disponível em [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20CS%20de%20Tecnologia%20em%](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20CS%20de%20Tecnologia%20em%20)

[%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%2019%2002%2018.pdf](#). Acesso em jan. 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Edital INº. 032/2017/PAL/REI/IFTO**, de 16.10.2017. Divulgação das normas e prazos dos trabalhos de qualificação e de conclusão de curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Palmas, Tocantins, 2017. Disponível em <http://portal.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/cursos-palmas/graduacao/tecnologico/gestao-publica/documentos/normas-e-diretrizes-para-apresentacao-de-trabalhos-de-tcc-gestao-publica-2017-2/edital-032-2017-normas-e-prazos-apresentacao-tcc-gestao-publica.pdf>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**, Natal, Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-graduacao/tecnologia/tecnologia-em-gestao-publica/view>. Acesso em jan. 2021

KEINERT, T. M. O Movimento “Campo de Públicas”: Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 169-176, 22 set. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4681/2413>. Acesso em março 2020.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NAVARRO, Federico. Aportes para una didáctica de la escritura académica basada en géneros discursivos. DELTA, São Paulo, v. 35, n. 2, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502019000200400&lng=en&nrm=iso>. acesso jan. 2021. Epub Apr 15, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460x2019350201>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UBPB). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em http://www.ccsa.ufpb.br/cstgp/contents/documentos/ppc_gestao_publica.pdf. Acesso jan. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONAC 018/2017**. Dispõe sobre o trabalho de conclusão de curso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Disponível em https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/20170412153535_135052.PDF. Acesso em jan. 2020.